

**IV CONFERÊNCIA
MUNDIAL SOBRE A
MULHER
BEIJING / CHINA**

**PLATAFORMA
DE AÇÃO**

**CONSELHO DOS
DIREITOS DA MULHER
DO DISTRITO FEDERAL
CDM - DF**

**GOVERNO DO
DISTRITO FEDERAL**

**Facilitar à mulher acesso
aos meios de superar a pobreza**

A Plataforma de Ação propõe :

- Promover a independência econômica da mulher e seu acesso a uma boa educação e aos serviços de saúde. Reduzir em 50% a população em situação de pobreza extrema é um objetivo a ser alcançado até o ano 2.000.
- Apoiar a adoção de política econômica nacional e internacional que leve em conta os problemas específicos da mulher.
- Oferecer oportunidades de participação na vida econômica às mulheres pobres.
- Dar às mulheres rurais igual acesso aos recursos produtivos, incluindo o reconhecimento legal do direito de propriedade da terra, concessão de créditos e serviços de extensão.
- Atender às necessidades das trabalhadoras migrantes e das refugiadas.

2. EDUCAÇÃO E SAÚDE

Em torno de 2/3 dos analfabetos do mundo são mulheres, embora quase se tenha conseguido a igualdade na matrícula de meninas e meninos na escola de 1º grau. Continua-se negando às meninas uma boa educação, especialmente na esfera da ciência e da tecnologia. Os índices de evasão escolar das meninas são muito mais altos que os dos meninos.

Como consequência dos ajustes estruturais, em alguns países a mulher tem menos acesso à saúde. A dificuldade de acesso a informações a respeito de prevenção tem levado um maior número de mulheres a se infectarem com o HIV e contraírem AIDS.

- Dos 905 milhões de analfabetos registrados em 1990, 587 milhões (65%) eram mulheres. A maior parte, da zona rural.
- Em grande parte da Ásia Meridional e do Oriente Médio, somente um em cada três estudantes é mulher.
- Dos 130 milhões de crianças que não freqüentavam escola, 81 milhões eram do sexo feminino.
- Nos países em desenvolvimento, a relação entre meninos e meninas que freqüentam escola é aproximadamente a mesma, no 1º e no 2º graus. No ensino superior, entretanto, o número de homens em geral supera o número de mulheres.
- Para cada 100 estudantes de ensino superior nas áreas de ciência e tecnologia, há na Espanha somente 28 mulheres; na Áustria, 25 e no Canadá 29.
- As mulheres representam, atualmente, 40% dos adultos infectados com HIV/AIDS. No ano 2000, mais de 13 milhões de mulheres poderão estar infectadas com o vírus, das quais em torno de 4 milhões poderão vir a morrer pela doença.
- Todos os anos morrem, no mínimo, 500 mil mulheres por complicações provocadas pela gravidez e 100 mil devido a abortos mal praticados.

**Garantir à mulher acesso à boa educação e a
melhor atenção**

A Plataforma de Ação propõe:

- Assegurar a educação para todos, superando o tratamento desigual dado a homens e mulheres. Destinar os fundos necessários e promover uma ação eficaz com relação à igualdade de matrículas e de oportunidades educacionais.
- Adotar medidas para possibilitar às mulheres, e em especial às meninas, ingressar em novos campos de conhecimento, na área científica e tecnológica.

• As mulheres e as pessoas sobre sua responsabilidade constituem 80% dos 18 milhões de refugiados que existem no mundo.

Proteger a mulher dos conflitos armados e outros

A Plataforma de Ação propõe:

- Aumentar a participação da mulher na solução dos conflitos.
- Fomentar a participação de maior número de mulheres nas atividades de manutenção da paz, tanto em funções civis quanto militares.
- Reforçar a função da mulher na educação para a paz, tanto na família, quanto na sociedade.
- Adotar novas medidas para impedir a violência contra as refugiadas e as migrantes.

5. DESIGUALDADE ECONÔMICA

Embora as mulheres sejam produtoras primárias de alimentos e contribuam consideravelmente para a vida econômica, em geral se encontram excluídas do processo de tomada de decisões sobre questões econômicas.

Na maioria das sociedades, as mulheres não têm acesso aos diversos meios de produção (terra, capital tecnologia) nem controle sobre eles. Seu trabalho é mal remunerado e desprestigiado. No entanto, a experiência demonstra que, quando se põem ao alcance da mulher recursos necessários, tecnologia e capacitação, ela se torna a principal responsável pelo aumento da produção.

• Se o trabalho doméstico da mulher fosse remunerado de forma adequada e se incorporasse à renda nacional, o produto nacional bruto mundial aumentaria de 20% a 30%.

• As mulheres constituem atualmente 41% dos trabalhadores nos países desenvolvidos e 34% a nível mundial. Seu salário, no entanto, é 31% a 40% inferior ao que recebem os homens por um trabalho semelhante.

Promover a auto-suficiência econômica da mulher

A Plataforma de Ação propõe:

- Empreender uma ação eficaz para ajudar a mulher a superar as barreiras que se lhe interpõem, inclusive mediante a formulação de programas de emprego orientados concretamente para mulher. A concessão de empréstimos e a introdução de programas e cursos de capacitação nas esferas não - tradicionais de trabalho. Promover seu acesso a tecnologias, ao mercado e ao comércio.
- Promover o objetivo de remuneração igual para trabalho igual.
- Criar novas formas de trabalho, que incluam, além da licença-maternidade e paternidade, tipos de trabalho com jornada parcial e horário flexível.
- Eliminar o assédio sexual no trabalho.

6. DESIGUALDADE NO PODER E NAS TOMADAS DE DECISÕES

Ainda que a presença da mulher tenha se ampliado na esfera política as mulheres ainda têm dificuldade de acesso às estruturas de poder e não participam plenamente das funções diplomáticas de alto nível nas organizações internacionais. Como resultado das normas e práticas existentes, as mulheres não participam dos postos de direção. Os estereótipos negativos

contribuem para essa discriminação.

- Em 1993 havia somente seis chefes de Governo em todo o mundo.
- Nas Nações Unidas, somente seis dos 184 Estados Membros têm representantes permanentes do sexo feminino.
- Em mais de 100 países não há nenhuma mulher no Parlamento.
- Nos países em desenvolvimento há uma maior representação feminina no Parlamento (12%) do que nas Nações Industrializadas (9%).

Promover a participação da mulher nos processos de tomada de decisões

A Plataforma de Ação propõe:

- Adotar medidas que propiciem a plena participação da mulher em condições de igualdade, nos processos de tomada de decisões na família, na comunidade e também nas instâncias mais altas da sociedade.
- Oferecer educação e capacitação que promovam a participação da mulher na tomada de decisões.
- Implantar medidas Legislativas e Administrativas que garantam a igualdade de oportunidade no acesso a funções públicas e ao setor privado.
- Implementar medidas transitórias eficazes, de caráter voluntário ou obrigatório, para que sejam nomeados homens e mulheres em igualdade de condições para cargos executivos.
- Criar serviços sociais de apoio que propiciem a homens e mulheres conciliarem suas responsabilidades privadas e públicas.
- Difundir informações acerca da participação da mulher nos processos de tomada de decisão.

7. Mecanismos insuficientes para promover a igualdade.

Embora tenham sido criados, na maioria dos países, mecanismos destinados a promover o avanço da mulher, estes frequentemente carecem de recursos financeiros e humanos que permitam o resultado necessário. A nível internacional existem problemas análogos. Também são inadequadas as informações e estatísticas desagregadas por sexo.

• Em 1982, a Organização Internacional do Trabalho - OIT, redefiniu a população economicamente ativa, determinando que abrangia as pessoas dos dois sexos, que constituíam mão-de-obra para a produção de bens e serviços econômicos. Na Índia, por exemplo, como resultado dessa redefinição, ao serem revisadas as estimativas iniciais, que registravam somente 33% de mulheres economicamente ativas, essa cifra chegou a 88%.

• A mulher no mundo de 1970 - 1990: Tendências e Estatísticas, que contém material compilado e preparado pelo setor de estatística das Nações Unidas, apresenta as tendências estatísticas sociais desagregadas por sexo.

Integrar os aspectos relacionados com a igualdade entre o homem e a mulher na política e no planejamento

A Plataforma de Ação propõe:

- Estabelecer mecanismos de acompanhamento difusão e supervisão da informação da informação para promover a incorporação das questões relacionadas com a igualdade entre os sexos nas principais atividades.
- Reunir e difundir estatísticas que mostrem as repercussões

das políticas e dos programas sobre a mulher.

- Fortalecer os mecanismos nacionais para o progresso da mulher.
- Estabelecer mecanismos para analisar as necessidades da mulher e aplicá-los à elaboração de políticas e programas.

8. DIREITOS HUMANOS

As mulheres gozam de direitos, mas freqüentemente não podem exercê-los plenamente devido à carência de conhecimentos sobre a legislação nacional e internacional vigentes. Não existe um compromisso de observá-los, de parte do governo e da sociedade.

A **Convenção sobre Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher** estabelece normas internacionais encaminhadas para impedir a discriminação contra a mulher. Em muitos países as leis nacionais reconhecem essas normas e as mulheres utilizam cada vez mais o regime jurídico para exercer seus direitos. Porém em outros países a igualdade jurídica da mulher ainda não está garantida, especialmente naqueles que não ratificaram a Convenção. O problema se agrava pela carência de procedimentos de ação legal a nível nacional e internacional.

Até o início da IV Conferência, 133 países tinham ratificado a **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher**.

Promover os Direitos Humanos da Mulher

A Plataforma de Ação propõe:

- Fazer vigorar todos os tratados internacionais de direitos humanos.
- Proporcionar informações sobre a situação jurídica e real da mulher aos organismos internacionais encarregados de supervisionar esses tratados.
- Adotar medidas para que as normas internacionais se apliquem a nível nacional. Promulgar leis que amparem os direitos da mulher e estabelecer mecanismos para fiscalizar seu cumprimento.
- Melhorar o conhecimento do regime jurídico mediante campanhas de informação e programas nacionais de formação relativos aos direitos da mulher reconhecidos pelos regimes jurídicos vigentes.

9. Meios de Comunicação

Na maioria dos países os meios de comunicação ainda apresentam uma imagem distorcida da mulher, de sua função e contribuição no marco de uma sociedade em transformação. Utilizando-se de imagens estereotipadas, reafirmam critérios obsoletos em relação à mulher.

Em geral os meios de comunicação estão sob o controle dos homens e refletem seus valores e percepções.

A participação da mulher nos meios de comunicação é insuficiente na África, Ásia e América Latina. A média de mulheres na radiodifusão e imprensa é inferior a 25%. Na Europa alcança 30% na imprensa e 36% na radiodifusão.

Poucas vezes as mulheres desempenham função de direção nesse setor. Estudos realizados pela UNESCO, em 200 empresas de meios de comunicação em 30 países de diversas regiões, mostram que sete delas são dirigidas por mulheres.

Um estudo realizado pela UNESCO em dez países mostra que só em 1,4% das notícias transmitidas pela televisão há referência a temas femininos e que 3/4 destas são apresentados por homens.

Aumentar o papel dos meios de comunicação na promoção da igualdade entre homem e mulher

A Plataforma de Ação propõe:

- Adotar medidas que garantam o acesso da mulher em condições de igualdade à informação e aos meios de comunicação.

- Estimular a eliminação dos estereótipos relativos à mulher, mediante estudos, campanhas e diversas formas de regulamentação interna das instituições de comunicação pública.

10. MEIO AMBIENTE

A responsabilidade que tem a mulher quanto à obtenção de água e combustível e à administração do consumo doméstico, particularmente nos países em desenvolvimento, faz com que haja uma preocupação especial pela qualidade e sustentabilidade do meio ambiente. Entretanto, como a mulher em geral não participa da tomada de decisões, com freqüência as políticas de proteção ao meio ambiente não levam em consideração os estreitos vínculos que existem entre o cotidiano da mulher e o meio ambiente.

A agenda 21, aprovada na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em junho de 1992, ressalta o papel da mulher em relação ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

- Nos países em desenvolvimento as mulheres produzem 50% dos alimentos. Em alguns países da África precisam caminhar 10 Km ou mais para conseguir água e combustível.
- Nas últimas décadas, uma grande parte das atividades dirigidas à conservação do solo na África Oriental foi realizada por mulheres.
- Na Índia a mulher constitui 75% da mão-de-obra utilizada no plantio do arroz, 60% dos que trabalham na colheita e 33% dos debulhadores.

Integrar a mulher ao processo de desenvolvimento sustentável

A Agenda 21 contém um conjunto de diretrizes, incluindo medidas voltadas para:

- Ampliar a proporção de mulheres nos Programas de Desenvolvimento Sustentável que abragem tomada de decisões, planificação, direção técnica e luta contra a degradação do meio ambiente.
- Elaborar, até o ano 2.000, uma estratégia para eliminar obstáculos, inclusive os contituicionais e jurídicos, que impeçam a plena participação da mulher no desenvolvimento sustentável e na vida pública.
- Difundir informações relativas às desigualdades entre homens e mulheres e promover, por meio da educação, a valorização do trabalho da mulher.
- Elaborar, com a participação das mulheres, tecnologia ecologicamente defensável.
- Formular programas, especialmente nos países industrializados, para ampliar informações dos consumidores, com o objetivo de promover padrões de consumo sustentável.

CDM/DF (Tradução)

Tels: (061) 226.1634

217.8040

217.8008

Fax: (061) 322.3067

APOIO:

PROJETO FUNDO PARA EQÜIDADE DE GÊNERO - Brasil

Agência Canadense para o desenvolvimento Internacional (ACDI/CIDA)

- Propiciar ensino que atenda às necessidades diferentes da mulher, eliminando estereótipos sociais dos programas de estudo, dos livros-textos e do material didático.
- Proporcionar financiamento adequado para colocar ao alcance da mulher os serviços de atenção primária à saúde. Lutar contra o HIV/AIDS sem perder de vista os fatores diferenciados entre os sexos e a repercussão cada vez maior entre as mulheres.
- Reduzir em 50% as taxas de mortalidade infantil e materna e promover programas voltados para a saúde reprodutiva e planejamento familiar.
- Fomentar e apoiar pesquisas sobre a saúde da mulher.

3. VIOLÊNCIA

A violência contra a mulher é um problema mundial vinculado ao poder, ao privilégio e ao controle dos homens. É fomentada pela ignorância, pela inexistência de leis para repressão e pelos esforços insuficientes do Estado para fazer valer as leis vigentes.

- Nos Estados Unidos se espanca uma mulher a cada 18 minutos. Por ano são espancadas entre 3 e 4 milhões de mulheres.
- Na Índia, cinco mulheres são queimadas por dia, como consequência de disputas referentes a dotes.
- Em Papua, Nova Guiné, 67% das mulheres são vítimas da violência doméstica.

Eliminar a violência contra a mulher

A Plataforma de Ação propõe:

- Reconhecer que a violência contra a mulher caracteriza violação de seus direitos humanos.
- Abordar as causas profundas da violência contra a mulher, ressaltando suas vinculações com o poder e o controle masculino. Estudá-la como questão de desigualdade de tratamento e de direitos humanos da mulher cuja solução inclui melhorar sua condição jurídica e social, além de criar as condições favoráveis para que participe plenamente na sociedade. Os governos devem adotar medidas para promover a educação comunitária.
- Adotar medidas integradas, entre elas medidas jurídicas e sociais, para impedir a violência e proteger a mulher. Promulgar leis baseadas na Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher.
- Promover programas de difusão do sistema jurídico e elaboração de material educativo, que explique porque a violência contra a mulher configura uma conduta criminal.
- Adotar medidas especiais para erradicar a violência contra as mulheres vulneráveis (por ex.: as deficientes e as trabalhadoras migrantes).

4. CONFLITOS ARMADOS E OUTROS

Sobre as mulheres recaem, de diversas maneiras, as consequências dos conflitos armados nacionais e internacionais. Ainda que, geralmente, não participem das decisões que dão lugar aos conflitos e raramente sejam combatentes, com frequência tende a manter suas famílias, quando a vida social e econômica é transformada.

Freqüentemente as mulheres são também vítimas de tortura, de desaparecimentos e violações sistemáticas, que são utilizadas como armas de guerra.

CONSELHO DOS DIREITOS DA MULHER - CDM/DF

IV Conferência Mundial sobre a
Mulher
Beijing / China

PLATAFORMA DE AÇÃO (SÍNTESE)

Dez esferas de especial
preocupação
Medidas sugeridas

1. POBREZA

Como consequência da prolongada crise econômica mundial e dos ajustes estruturais, do fracasso das iniciativas do Estado na luta contra a pobreza e dos distúrbios civis que eclodem em muitas regiões do mundo, aumentou, consideravelmente, o número de pessoas que vivem na miséria. Essa carga recai, desproporcionalmente, sobre a mulher. Seu acesso aos recursos — econômicos e de outros tipos — é consideravelmente menor do que o do homem. A mulher deve gerir o consumo da casa em situações de escassez cada vez mais graves. Frequentemente é obrigada a fazer ajustes, na maioria das vezes despercebidos.

- Tem aumentado significativamente o número de mulheres na condição de chefes de família.
- As mulheres representam cerca de 60% da população pobre na área rural do mundo, cifra que supera 1 bilhão de pessoas.
- Em 1988 calculou-se que o número total de mulheres vivendo em situação de pobreza nas zonas rurais chegava a 564 milhões, o que significava um aumento de 47% relativamente aos números correspondentes ao período compreendido entre 1965 e 70.
- Um terço das famílias, em todo o mundo, está sob responsabilidade de mulheres. As taxas mais altas de lares mantidos por mulheres, nos países em desenvolvimento, encontram-se na África. Em segundo lugar está o grupo de países menos desenvolvidos, onde alcança 23%.
- Nos EUA, quase metade das famílias pobres são mantidas por mulheres sós, cuja renda média está situada 23% abaixo da linha da pobreza.